



CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009

Gilberto Luiz do Amaral

João Eloi Olenike

Letícia Mary Fernandes do Amaral

Fernando Steinbruch

14 de setembro de 2009

CARGA TRIBUTÁRIA RECUA 0,95% PONTO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO PIB NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009

- *Carga Tributária atinge 36,04% do PIB do Primeiro Semestre de 2009, ante 36,99% do primeiro semestre do ano anterior, com queda de 0,95 ponto percentual;*
- *É a primeira queda de carga tributária do primeiro semestre desde 2003;*
- *No primeiro semestre de 2009 foram arrecadados R\$ 519,24 bilhões (no mesmo período de 2008 o total foi de R\$ 516,13);*
- *Houve aumento nominal de arrecadação de R\$ 3,12 bilhões em relação ao mesmo semestre de 2008 (0,60%);*
- *Diminuição real da arrecadação foi de R\$ 21,66 bilhões;*
- *Varição real negativa das arrecadações foi de 4% (IPCA);*
- *Total da Arrecadação Federal teve recuo nominal de R\$ 3,71 bilhões (1,05%) e variação real negativa de R\$ 20,69 bilhões (5,58%);*
- *Os tributos federais que tiveram crescimento nominal foram o INSS (R\$ 9,59 bi), FGTS (R\$ 2,68 bi), Imposto de Importação (R\$ 0,32 bi), Imposto de Renda (R\$ 0,15 bi) e FUNDAF (R\$ 0,03 bi);*
- *Nominalmente, o tributo federal que apresentou maior queda foi a COFINS (R\$ 5,28 bilhões);*
- *As medidas tributárias federais de combate à crise econômica resultaram numa queda nominal de arrecadação de R\$ 7,92 bi (R\$ 9,44 bi corrigidos pelo IPCA), sendo R\$ 4,50 bi de IPI (R\$ 5,38 bi corrigidos pelo IPCA), R\$ 1,03 bi (R\$ 1,50 bi corrigidos pelo IPCA) de IOF e R\$ 2,39 bi (R\$ 2,50 bi corrigidos pelo IPCA) de CIDE – Combustíveis;*

- **Arrecadação dos Estados apresentou crescimento nominal de R\$ 6,25 bilhões (4,66%), sendo R\$ 2,11 bi de ICMS, R\$ 2,15 bi de IPVA e R\$ 1,47 bi de outros tributos;**
- **Os tributos estaduais tiveram recuo real de R\$ 0,19 bilhão (0,14%);**
- **Tributos municipais cresceram 2,05%, em termos nominais (R\$ 0,57 bilhão) e recuo real de R\$ 0,77 bilhão (2,63%);**
- **Somente a União editou medidas tributárias de combate à crise econômica, sendo que Estados e Municípios não criaram nenhum pacote de estímulo econômico;**
- **A arrecadação diária de impostos, taxas e contribuições foi de R\$ 2,87 bilhões;**
- **A arrecadação tributária por segundo foi de R\$ 33.203,16;**
- **A Carga Tributária Semestral Per Capita teve recuo nominal de 0,40% (R\$ 10,79) e recuo real (IPCA) de 5%;**
- **Cada brasileiro pagou R\$ 2.711,22 de tributos no primeiro semestre de 2009;**
- **No ano, cada brasileiro pagará aproximadamente R\$ 5.553,00.**

A carga tributária (somatório dos tributos federais, estaduais e municipais arrecadados) em relação ao PIB – Produto Interno Bruto do primeiro semestre de 2009 atingiu 36,04%, contra 36,99% no primeiro semestre de 2008, tendo um recuo de 0,95 ponto percentual do PIB.

Comparando o primeiro semestre de 2009, com o mesmo período do ano anterior, houve crescimento nominal da arrecadação tributária de 0,60% (ou R\$ 3,12 bilhões) e variação real negativa de 4,00% (IPCA). Os tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil (acrescidos das contribuições corporativas) tiveram recuo nominal de 6,43% (ou R\$ 15,99 bi) e variação real negativa de 10,72% (IPCA, correspondendo a R\$ 27,92 bi). Já as contribuições previdenciárias (INSS) tiveram crescimento nominal de R\$ 9,59 bilhões ou 11,64% e crescimento real (IPCA) de R\$

5,64 bi ou 6,53%. O total da arrecadação federal, incluindo FGTS, apresentou recuo de R\$ 3,71 bilhões, ou 1,05%, e variação real negativa de R\$ 20,69 bi ou 5,58%. Já os tributos estaduais tiveram crescimento nominal de 4,66% (ou R\$ 6,25 bi) e variação real negativa de 0,14% (IPCA, correspondendo a R\$ 0,19 bi). Os tributos municipais apresentaram crescimento nominal de 2,05% (ou R\$ 0,57 bi) e recuo real de 2,63% (IPCA, correspondendo a R\$ 0,77 bi).

Divisão da Arrecadação Tributária

No primeiro semestre de 2009, os tributos federais totalizaram R\$ 350,11 bilhões (67,43%), os estaduais R\$ 140,59 bilhões (27,08%) e os municipais R\$ 28,55 bilhões (5,50%). No mesmo período de 2008, os tributos federais totalizaram R\$ 353,82 bilhões (68,55%), os estaduais R\$ 134,33 bilhões (26,03%) e os municipais R\$ 27,98 bilhões (5,42%).

Arrecadação Tributária Semestral *Per Capita*

A carga tributária *per capita* do primeiro semestre de 2009, em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentou recuo de 0,40%. No período, cada brasileiro pagou R\$ 2.711,22, contra R\$ 2.722,01 no primeiro semestre de 2008, ou seja, cada brasileiro pagou R\$ 10,79 a menos.

Projetando-se a carga tributária *per capita* para todo o ano de 2009, estima-se que haverá uma diminuição de 0,36%. Dessa forma, cada brasileiro deverá pagar de tributos em 2009 um valor de R\$ 5.553,00. Em 2008 foi R\$ 5.573,00, representando uma diminuição de R\$ 20,00.

Média da Arrecadação Tributária por Dia, Hora, Minuto, Segundo.

ARRECADAÇÃO MÉDIA	1º. SEM/2006	1º. SEM/2007	1º. SEM/2008	1º. SEM/2009
MÉDIA POR DIA	2.171.020.315,21	2.456.708.999,22	2.835.868.881,39	2.868.752.684,18
MÉDIA POR HORA	90.459.179,80	102.362.874,97	118.161.203,39	119.531.361,84
MÉDIA POR MINUTO	1.507.653,00	1.706.047,92	1.969.353,39	1.992.189,36
MÉDIA POR SEGUNDO	25.127,55	28.434,13	32.822,56	33.203,16

Arrecadação Tributária do Primeiro Semestre – VALORES NOMINAIS

Em R\$ Bilhões

TRIBUTOS	JAN-JUN 2007	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	CRESC. NOMINAL R\$ - 2009/2008	%CRESC. NOMINAL - 2009/2008	%CRESC. REAL - IPCA
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	5,55	7,45	7,77	0,32	4,32%	-0,46%
IPI	15,01	18,30	13,80	(4,50)	-24,57%	-28,03%
IMPOSTO SOBRE A RENDA IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	77,54	95,36	95,51	0,15	0,16%	-4,43%
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	3,66	9,67	8,64	(1,03)	-10,66%	-14,76%
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	0,05	0,06	0,05	(0,01)	-19,07%	-22,78%
PIS / PASEP	17,33	1,08	0,10	(0,98)	-90,99%	-91,41%
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	48,03	57,77	52,49	(5,28)	-9,14%	-13,30%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	12,70	15,15	14,46	(0,69)	-4,55%	-8,92%
FUNDAF	16,56	22,60	22,45	(0,14)	-0,64%	-5,19%
OUTRAS RECEITAS	3,89	3,58	1,20	(2,39)	-66,63%	-68,16%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL	0,17	0,12	0,15	0,03	22,95%	17,32%
	15,08	17,40	15,93	(1,47)	-8,44%	-12,63%
	215,58	248,53	232,55	(15,99)	-6,43%	-10,72%

INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	69,34	82,40	92,00	9,59	11,64%	6,53%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS	284,92	330,94	324,54	(6,39)	-1,93%	-6,42%
FGTS	20,61	22,88	25,56	2,68	11,72%	6,61%
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS	305,54	353,82	350,11	(3,71)	-1,05%	-5,58%
ICMS	88,88	105,48	107,59	2,11	2,00%	-2,67%
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	8,94	9,32	9,84	0,52	5,57%	0,73%
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS (IPVA, ITCD, TAXAS, IRF DOS ESTADOS)	17,98	19,53	23,15	3,62	18,55%	13,12%
TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS	115,81	134,33	140,59	6,25	4,66%	-0,14%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	21,75	25,92	26,44	0,51	1,97%	-2,70%
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	1,58	2,06	2,12	0,06	3,00%	-1,72%
TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS	23,32	27,98	28,55	0,57	2,05%	-2,63%
TOTAL	444,66	516,13	519,24	3,12	0,60%	-4,00%
PIB	1.255,58	1.395,23	1.440,81	45,58		
ARRECAÇÃO / PIB	35,42%	36,99%	36,04%	-0,95%		

Carga Tributária dos Últimos Doze Meses

A carga tributária que vinha apresentando sucessivos aumentos, começou a ter queda em 2009:

1 - Jan/Dez-05	34,12%
2 - Abr/05 a Mar/06	34,03%
3 - Jul/05 a Jun/06	34,15%
4 - Out//05 a Set/06	34,16%
5 - Jan a Dez/06	34,52%
6 - Abr/06 a Mar/07	34,72%

7 – Jul/06 a Jun/07	34,82%
8 – Out/06 a Set/07	35,08%
9 - Jan a Dez/07	35,54%
10 – Abr/07 a Mar/08	36,18%
11 – Jul/07 a Jun/08	36,34%
12 – Out/07 a Set/08	36,48%
13 - Jan a Dez/08	36,57%
14 – Abr/08 a Mar/09	36,46%
15 – Jul/08 a Jun/09	36,10%

METODOLOGIA DO ESTUDO E BASE DE DADOS:

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário faz o acompanhamento regular da carga tributária. No setor público a Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES (www.federativo.bndes.gov.br), o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br), a Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) e o TCU – Tribunal de Contas da União (www.tcu.gov.br) fazem o mesmo levantamento. Mas, a falta de uma metodologia oficial de cálculo faz com que cada uma das entidades ou órgãos utilize critérios diferentes entre si, havendo diferenças entre os resultados, sem contudo comprometer os objetivos de cada um deles, que é prestar informações sobre o montante de recursos transferidos da economia para os poderes públicos federal, estaduais e municipais. Assim como a inflação é medida por diversos índices, calculados por entidades públicas e privadas, as estatísticas da carga tributária permitem à sociedade não ficar refém de pesquisas governamentais.

As diferenças entre as metodologias dos estudos residem em alguns fatores, com a constatação que todos os levantamentos utilizam a mesma base de dados para o cálculo das arrecadações federais (Secretaria da Receita Federal, INSS e Caixa

Econômica Federal) e estaduais (CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária):

- a) Receita Federal: não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das contribuições corporativas e das custas judiciais; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais;
- b) IBGE: não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares;
- c) SF – BNDES: faz uma estimativa dos tributos municipais, através de um levantamento preliminar das arrecadações das três principais capitais (São Paulo, Rio de Janeiro de Janeiro de Belo Horizonte); e, faz uma estimativa dos valores de outros tributos cuja arrecadação não é conhecida, utilizando a mesma variação dos tributos conhecidos;
- d) IBPT – considera todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo (tributos mais multas, juros e correção); para o levantamento das arrecadações estaduais e do Distrito Federal utiliza como base de dados, além do CONFAZ, os valores divulgados pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois alguns estados demoram a entregar seus relatórios ao CONFAZ; quanto às arrecadações municipais, faz um acompanhamento dos números divulgados por 1.213 municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também através dos números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas dos Estados.



ESTUDO E PESQUISA DE RESPONSABILIDADE:

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

Entidade criada em 11/12/92, cujo objetivo é a difusão de sistemas de economia legal de impostos; divulgação científica do tema; estudo de informações técnicas para a apuração e comparação da carga tributária individual e dos diversos setores da economia; e, análise dos dados oficiais sobre os tributos cobrados no Brasil.

www.ibpt.com.br

IGTAX – Instituto de Governança Tributária

Criada em 02/03/05, cujo objetivo é o estudo e desenvolvimento de técnicas de governança tributária para empresas.

www.igtax.com.br

COORDENAÇÃO:

Dr. GILBERTO LUIZ DO AMARAL, advogado tributarista, auditor, contador, consultor de empresas, professor de pós-graduação em direito, gestão e planejamento tributário.

gilberto@ibpt.com.br

Prof. JOÃO ELOI OLENIKE, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário.

olenike@ibpt.com.br

Dra. LETÍCIA MARY FERNANDES DO AMARAL, advogada tributarista, mestra em Direito Internacional pela Universidade de Toulouse, França, professora de direito tributário e internacional.

leticia@ibpt.com.br

Dr. FERNANDO STEINBRUCH, advogado tributarista, mestre em direito público, consultor de empresas, professor de direito tributário.

fernando@ibpt.com.br